

## **Textos portugueses do passado: para uma edição didáctica\***

RITA MARQUILHAS

(Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Departamento de Linguística Geral e Românica)

Justifica-se que os professores universitários, ocupados em cursos de história da língua portuguesa ou história do livro impresso, como é o meu caso, absorvidos por investigações sobre história da cultura escrita na Idade Moderna, como é também o meu caso, tenham conversa que interesse aos professores de Português dos Ensinos Básico e Secundário? O universo de alunos que uns e outros conhecem é bastante distinto, os programas do Básico e Secundário são largamente ignorados pelos investigadores das Universidades que se não ocupem das Ciências da Educação... Valerá mesmo a pena insistir no contacto científico entre estes profissionais que parecem tão alheados uns dos outros, distraídos por problemas específicos dos seus alunos, das suas escolas ou das suas carreiras?

É claro que a pergunta é retórica e que julgo inequivocamente proveitoso o contacto mútuo. Os professores de linguística, de literatura e de Português, por exemplo, têm o desempenho profissional condicionado por uma formação académica comum. Resultado: - falam linguagens muito próximas. Depois, uns recebem os alunos dos outros e pronunciam-se frequentemente contra lacunas que detectam nas suas turmas e das quais culpam o sistema de funcionamento das escolas básica e secundária. Finalmente, na Universidade, porque os programas das cadeiras são menos generalistas do que os pré-universitários, tem-se a oportunidade de falar pela primeira vez de conceitos que afinal se revelam elementares, e que poderiam, com vantagem, ter entrado no curriculum dos alunos em idade mais jovem.

\* Comunicação apresentada nas IX Jornadas de Professores de Português, Viseu, 29 e 30 de Abril de 1998

Pediram-me que falasse concretamente sobre a edição de textos portugueses antigos tal como é praticada nos manuais escolares correntemente adoptados nas aulas de Língua Portuguesa e Português.

Está em causa, automaticamente, aquilo a que Maria de Lourdes Dionísio de Sousa chama «a actividade desenvolvida à volta dos textos», a qual está instituída, no ensino do Português, como fundamental no desenvolvimento das capacidades de leitura e comunicativa (*A Interpretação de Textos na Aula de Português*. Porto, Asa, 1993:14 e 157). Compete aos especialistas das Ciências da Educação reflectir sobre as formas mais didácticas de os professores usarem os textos na condução das suas aulas. A minha perspectiva terá de ser, obrigatoriamente, a do leigo em Didáctica que, conhecendo o contraste entre a língua portuguesa de épocas passadas e a nossa contemporânea, se pode pronunciar sobre problemas de acesso às estruturas linguísticas dessas mesmas épocas. E é óbvio que estes problemas também interessam aos professores de Português.

Expondo simplistamente o que aconteceu ao longo da história da língua portuguesa, pode dizer-se que as diferenças que separam o português contemporâneo do português medieval são tão grandes como as que separam, por exemplo, as línguas maternas de portugueses e castelhanos de hoje. Paralelamente, as que opõem o português contemporâneo ao da época clássica são da mesma envergadura das que distanciam falantes portugueses e brasileiros do nosso tempo. Não quero dizer que os traços envolvidos nestas distâncias linguísticas sejam os mesmos dos exemplos analógicos que convoquei - o alcance das diferenças é que é, em si, paralelo.

Os contrastes linguísticos em causa abrangem vocalismo, consonantismo, morfologia, sintaxe e léxico, o que converte os estados de língua passados em variedades já muito distanciadas do português contemporâneo, distância essa que resulta agravada pelo facto de não sobreviverem falantes nativos daquelas variedades. Só é possível conhecer a língua antiga na sua forma escrita e em registos pouco variados, normalmente o literário e o administrativo, somente.

Ao abordarmos as fontes do português medieval (que se considera estender-se dos séculos XIII a XV) e do português clássico (que é o dos séculos XVI, XVII e XVIII), ficamos expostos a amostras muito limitadas de língua. Mas mesmo assim vamos sabendo que nas palavras portuguesas da Idade Média podiam ocorrer muitos diferentes encontros vocálicos (os hiatos), como os que temos hoje em *boa*, em

*lua*, em *sair* (era *caeda* e não *queda*, era *vëado* por *veado* ~~evjadu~~, *frëo* por *freio*, *farìa* por *farinha* - onde está o trema leia-se um til); na mesma época, e por um período que se estendeu ao século XVII, as vogais átonas em interior de palavra (o [u] de *aforamento*, o [~~z~~] de *pecado*, o [?] de *cartinha* eram ainda, respectivamente, [o], [e] e [a], ou seja: *afôramento*, *pêcado* e *cártinha*. Quanto às consoantes, também as havia em maior quantidade (havia [t~~z~~] como em *tchoro* e [d~~z~~] como em *djeira*; as palavras que hoje se escrevem com *c*, *ç*, *z* tinham africadas como as que ainda se dizem em alemão (*tserca*, *pretso*, *dzimbro*), as sibilantes tinham aquela articulação apical que se ouve hoje na boca dos beirões (*casal*, *sabede*, *reaes*).

Na morfologia, os possessivos tinham uma variante átona se ocorressem em posição de determinante (*mya/ma molher*, *mas filhas mias*), havia advérbios semelhantes aos que se mantiveram no francês, o *y* e o *en*, exactamente com os valores dessa língua (*e meu sinal y pus....*, *De xvi casales de Veracin que defructar~u e que li nunqua ide derü quiniõ*), havia um artigo partitivo, também como em francês (*esfreguemilhas queixadas muito com do sal e com do farelo*), e formas verbais da segunda pessoa do plural que entretanto perderam o -d- intervocálico (*sodes*, *queredes*, *andades*).

Na sintaxe, a ordem de palavras viria a modificar-se, entre os séculos XIII e XVI no que diz respeito aos pronomes pessoais átonos, que de uma ocorrência maioritariamente enclítica ao verbo nas frases declarativas simples, como hoje acontece no português europeu, passaram gradualmente à posição proclítica quinhentista que só reencontramos no português do Brasil (*vos me enviastes dizer per vossa carta*); a concordância em género e número entre as formas do participípio e o seu antecedente era possível e manteve-se pelo menos até ao tempo de Camões, que podia tranquilamente rimar *merecida* com *vida* como fez no soneto *Sete anos de pastor* (*Vendo o triste pastor que com enganos / lhe fora assim negada a sua pastora / como se a não tivera merecida... e mais à frente ... se não fora para tão longo amor tão curta a vida*).

O léxico era forçosamente mais limitado, mas com inúmeras palavras que hoje nem os dialectos mais arcaizantes conservam.

Pode parecer-nos excessivo admitir que o português da Idade Média era uma outra língua, face à língua contemporânea. Mas isso acontece porque temos preconceitos demasiado sólidos em relação ao

que pode valer e não pode valer na distinção entre línguas. Facilmente concordaremos, contudo, que perante o francês ou o inglês, uma coisa é dominarmos com fluência as variedades contemporâneas dessas línguas e outra é percebermos textos em Francês Antigo ou no Kings' English. A razão está bem à vista: - as sociedades francesa, inglesa e sobretudo a americana estão abertamente oferecidas à nossa observação, temos acesso aos seus traços dominantes, ao que nelas é prestigioso, ao que nelas é tabu - ou seja, sabemos interpretar as respectivas culturas. A compreensão de uma língua é, com efeito, condicionada pela da cultura do povo que a fala, o que vem tornar evidente a razão pela qual nos custa, em abstracto, ler compreendendo um texto do passado se não formos historiadores ou se não tivermos sido expostos a uma colecção considerável de amostras variadas da sua língua.

Perante isto, reflecta-se sobre a presença de autores clássicos nos programas de Português e na edição dos seus textos em manuais escolares. Avance-se prontamente com o argumento de que os manuais escolares, mesmo os que se aproximam do modelo "selecta", têm elementos de contextualização cultural porque dão a vida e obra do autor cujos textos se editam, acrescentando, eventualmente, dados sobre a estética literária que ali se encontra ilustrada. Não era a este tipo de informação cultural que eu me referia há pouco. Não era à Alta Cultura nem à bio-bibliografia. O que quero defender é que as aulas sobre textos antigos portugueses se convertam, prioritariamente, em aulas de História. Uma Pequena História, antropológicamente orientada, perseguindo o objectivo da interpretação de culturas.

Convocando o antropólogo Clifford Geertz, que na citação que trago se está a referir concretamente à cultura dos pastores berberes, vejamos como ele formula o que deve ser uma interpretação de culturas: *Compreender a cultura de um povo é expor o que nele é a normalidade sem destruir, ao mesmo tempo, pequenas especificidades. Conhecer a cultura dos marroquinos [por exemplo] torna-os acessíveis: dissipa-se a respectiva opacidade porque ficam situados na moldura das suas banalidades próprias.* (Clifford Geertz, «Thick Description: Toward an Interpretative Theory of Culture», *The Interpretation of Cultures. Selected Essays*. Londres, Fontana Press, 1973:14). Ou seja, é preciso conhecer os lugares-comuns das sociedades que nos são estranhas, sejam elas antigas ou exóticas. Se soubermos como é que aí se comportam os

indivíduos para exteriorizar a ira, o desafio, o ridículo, a ironia, o snobismo, o orgulho... então começamos a ser capazes de imaginar uma ficção relativamente aproximada da cultura abordada, e isto porque à verdadeira cultura só chegaríamos no caso de sermos indivíduos nativos (Geertz, *op. cit.*, p. 17). É este mesmo autor, Clifford Geertz, quem estabelece uma analogia entre a investigação antropológica das sociedades exóticas e a interpretação de textos antigos, dizendo que é como *ler (no sentido de construir uma leitura) um manuscrito em língua estranha, apagado, cheio de elipses, incoerências, correcções suspeitas e comentários tendenciosos* (Geertz, *op. cit.*, p. 10).

Pode pensar-se que esta é mais uma maneira de defender um ensino desleixado, aquele que agrada (porque fala de paixões, adversidade, viagens, ambições), mas em que pouco se aprende. Só que a razão pela qual a Pequena História agrada mais facilmente do que as Histórias intelectualmente prestigiadas (a Política e a das Instituições) está em ela ser facilmente integrada nos nossos conhecimentos ao dar-nos a chave certa para a compreensão de sociedades cronologicamente distantes.

Nos exercícios de leitura que se pedem aos alunos de Português, como os que vejo, por exemplo, na *Oficina da Palavra* de Maria de Lourdes Sousa e Rui Vieira de Castro, explicitam-se objectivos que são sempre os de mobilizar capacidades de construção de sentido. Vê-se aí a referência a "mobilizar e integrar conhecimentos pessoais", "formular hipóteses", "inferir sentidos pelo contexto", "distinguir ideias principais de ideias secundárias", "identificar e organizar informação textual"...(Sousa e Castro, *Oficina da Palavra: actividades de leitura e escrita*, vol. II. Porto, Asa, 1991). Se ler interpretando significa conseguir tudo isto, então é necessário ter, perante um texto antigo, alguma informação prévia, de natureza histórico-cultural.

Deixando de falar em abstracto, vejam-se dois casos particulares que poderiam ser narrados em aulas de Português de aproximação aos textos medievais e aos textos clássicos, e que figurariam nos manuais antes da edição de amostras literárias da época. O manual poderia conter texto informativo, alternado com citações das fontes, que aos poucos permitiriam a familiarização com as particularidades linguísticas coevas (construção sintáctica, vocabulário, grafias remetendo para uma fonologia já desaparecida). Os comportamentos das sociedades antigas iriam sendo apresentados ao lado de amostras de língua bem

seleccionadas, e quando se chegasse ao que escreveram propriamente Gil Vicente, Camões ou mesmo Garrett, já a língua dos seus textos não causaria a tradicional estranheza. Ficava inclusivamente exposta a elaboração estética a que obedecia, contrastada com o registo não literário da mesma fase histórica.

Pode argumentar-se que nas aulas da disciplina de História se praticaria com mais naturalidade este tipo de ensino, mas a verdade é que a sua orientação generalista e abrangente não está vocacionada para modalidades de micro-história.

Vejam-se os casos particulares:

Na Idade Média, grande parte da população portuguesa, sobretudo a do Norte do reino, vivia na vizinhança de um mosteiro e para ele trabalhava ou com ele tinha negócios. Outra parcela, também significativa, habitava mesmo o seu interior como membro de uma ordem religiosa. A vida nos mosteiros e a relação com a freguesia respectiva era, por conseguinte, uma banalidade medieval extensamente testemunhada pelos documentos administrativos que se conservaram. No século XIV, os religiosos do mosteiro de Vilarinho, no Douro Litoral, estiveram na origem de uma sentença proferida pelo arcebispo de Braga por se queixarem de sempre no mosteiro ter havido boa alimentação até que, com uma mudança de prior, as refeições começaram a decair de forma insuportável. Segundo o texto da sentença, que é de 1364, estava em causa a quantidade insuficiente de pão, carne e peixe oferecidos aos cónegos, a categoria imprestável do vinho e, inclusivamente, o processo de cozedura da broa. O prior era acusado de querer antagonizar a população regrente por estes cortes na ração do convento: *De costume antigo costumarõ dauer e ouuerom nõ dicto Mosteiro bõa raçom e mãtimẽto de pam aluo boroa. carne e pescado... E que ora. o dicto Priol vijndo contra o dicto costume e Sentenças. pelos tractár mal lhís daua tam pequeno pam aluo. e carne ou pescado e tam mãõ viho que nõ queriam beuer nõ sse mãteer pelo dicto mãtjimẽto. e demais que a boroa. que senpre ouuerom ffora. de lár e que agora lhe dauã de fforno e que era tam máá. e tam pequena que se nõ podiam. per ella mãtéer.*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> ANTT, Mosteiro de Vilarinho, maço 4, nº 25 editado em Ana Maria Martins, *Clíticos na História do Português: Apêndice Documental. Documentos Notariais dos*

O arcebispo proferiu uma sentença ao mesmo tempo compreensiva em relação aos queixosos e moderada em relação ao prior: *daqui adeãte de cada día. aos cõõigos do dicto Monsteiro tal raçom de pam aluo e de carne e de pescado. como senpre ata aqui ouuerom [...] e tão viho e Seía tal viho que elles aguisadamēte possam beuer nẽ do melhor nẽ do peyor.*<sup>2</sup> A broa é que teria de continuar a ser cozida no forno (parecia mais *aguisado*) mas seria dada em maiores quantidades. Finalmente, o prior criaria no mosteiro um lugar de almoceiro, ou seja de religioso com funções de ecónomo.

Salto já para o segundo exemplo:

Entre os séculos XVI e XIX funcionou em Portugal uma instituição, que era a Inquisição Portuguesa, que tinha jurisdição sobre delitos de natureza moral e religiosa e que ordenou a detenção nos seus cárceres de milhares de indivíduos. O encarceramento tornou-se assim, sobretudo nos séculos XVI e XVII, uma banalidade do quotidiano português, gerando comportamentos diversos, um dos quais era a sistemática tentativa de comunicação (que estava proibida) entre os presos e os seus familiares. Em Elvas, no ano de 1656, foram movidos uns autos a Manuel Leitão de Oliveira, de 12 anos, filho de Filipa Grácia, falecida, e do licenciado Sebastião Rodrigues de Oliveira, advogado, preso com os seus irmãos e tios na Inquisição de Évora.<sup>3</sup> Para acalmar a madrasta (e também para receber umas prometidas alvíssaras), o menino de 12 anos resolveu forjar cartas do punho de seu pai, supostamente emitidas da cadeia pública de Elvas. Quase todas as mulheres da casa (a avó, a madrasta e uma tia) acreditaram, e ditaram cartas de resposta que, obviamente, nunca chegaram ao destino: toda a correspondência foi ficando na mão de Manuel Leitão que acabou por entregá-la à Inquisição, ao ser obrigado a ilibar o pai e os tios da culpa de revelar o segredo do Santo Ofício. O notário relatou assim o primeiro interrogatório feito a Manuel Leitão:

*E perguntado que escritos erão aquelles quem lhos deu e a quem dava a resposta disse que vendo elle que sua madrasta, estava sempre chorando desejando saber novas de seu marido e*

---

*Séculos XIII a XVI do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.* Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994, pp. 230-232. Citação das pp. 230-231.

<sup>2</sup> *Id., ibid.*, p. 231.

<sup>3</sup> ANTT, Inquisição de Évora, liv. 225, *Cadernos do Promotor*, fls. 351r-384r.

*páe d'elle respondente, e que promettia muito a quem lhe desse novas de seu marido, elle por sua ignorancia lhe disse que escrevesse ella hum escrito que elle tinha per quem o mandar, e que elle mesmo escreveo hum escrito que estava nos que ali offrecia, e que a elle respondeo elle mesmo outro escrito que he dos primeiros apresentados, e fingio que vinha de seu páe, e que logo sua madrasta escreveo outro escrito pella mão d'elle respondente, que elle disse mandava a seu páe, e elle o levou disendo que o mandava a seu páe, e que assim forão e vierão tres escritos e tres respostas, que todos elle respondente escreveo; e erão os que ali mostrava [...].<sup>4</sup>.*

Conservados junto às diligências, os originais das cartas dividem-se em dois grupos: os «da cadeia» são meias folhas de papel dobradas,<sup>5</sup> os das mulheres dos presos são meias folhas não dobradas<sup>6</sup> - Manuel Leitão optava por diferentes fórmulas de dobragem, procurando disfarçar a notória semelhança gráfica dos dois grupos epistolográficos.

As cartas do primeiro grupo começam sempre com variações sobre a expressão *Muito estimei novas vosas* e incluem um texto mais longo, atribuído ao pai de Manuel Leitão, seguido de outros textos, supostamente da mão dos tios e destinados às respectivas mulheres. A redacção, bastante repetitiva, inclui recados para todos e pedidos de encomendação a Nosso Senhor, mas não deixa de ter relação com o que se diz nas cartas das mulheres. A principal marca é a vontade de animar Catarina Mendes, a madrasta: *não vos desconsoléis que muito depressa me aveis de ver* é frase repetida em todas as cartas. Há também uma ou outra nota sobre o conforto da cadeia: *nos estamos numa sala muito grande com a porta aberta ymos para onde queremos* ou *por ora não hei ca mister nada*. E não falta sequer um elogio ao embuçado autor dos textos: *muito folgo que o meo filho escreva tão bem e que saiba ja palavras latinas*.

No segundo grupo, apesar da manutenção da letra, o texto é forçosamente diverso, uma vez que muda o seu autor mental. Catarina Mendes dita ao enteado mensagens de ansiedade: *o que daqui espero he saber o dia que hey de ver a V.M. e a seos irmãos*

---

<sup>4</sup> *Id., ibid.*, fls. 357v-358r.

<sup>5</sup> *Id., ibid.*, fls. ?351<sup>1-5</sup>.

<sup>6</sup> *Id., ibid.*, fls. 352r-354r.



*diante dos meos olhos e a seos tios porque as oras me paresem mezes e os mezes anos que ha 4 mezes que dizem que depreza hão de vir, e de sofrimento resignado: Bastião Fernandes e seo filho não manifesto o que pasei com elles porque para o manifestar ha mister hũa mão de papel.* Maria da Mota, uma tia, prefere dirigir-se aos sentimentos paternos do marido: *os meninos com saude e Fransisquinho sempre chorando por V.M.*. Para uma outra tia, que lhe recusou alvissaras, Manuel Leitão reservou uma vingança: nas cartas da cadeia manifestava-se um fictício ressentimento por parte do marido, que se recusaria a escrever-lhe directamente enquanto ela fosse *besta*.

Mesmo depois de tudo confessado, o cepticismo dos inquisidores achou ser necessária uma peritagem grafológica, recebendo dois dos presos *hũa folha de papel para que escrevesse hũas regras e ao pee dellas fizesse o seu sinal*. Apurada a diversidade gráfica, e convencidos finalmente os inquisidores de que Manuel Leitão fingira as cartas da cadeia, foi a vez de ser ele preso e admoestado, ainda que acabasse por ser libertado.

Estes dois episódios da Pequena História de Portugal dizem-nos, acima de tudo, como perante uma categoria universal que é a adversidade, os grupos sociais ou os indivíduos sempre procuraram respostas, necessariamente enquadradas nos contextos que ocupavam. Os trechos permitem partir para exposições diversas. Sobre, por exemplo, o vinho ter tido logo na Idade Média um protagonismo tão importante na alimentação, que o mau vinho podia gerar protestos formais à máxima instância a que os religiosos se submetiam. Sobre o analfabetismo generalizado das mulheres durante toda a Idade Moderna, as ter, de certeza, colocado em inúmeras situações de fragilidade em que podiam ser ludibriadas até mesmo por uma criança.

Uma familiaridade crescente com fatias culturais do passado conseguida por procedimentos deste tipo vai permitir também a formação de certa competência linguística: as formas de tratamento, por exemplo, impõem-se na naturalidade na pragmática da sua utilização: a universalidade do *Vós*, na Idade Média e do *Vossa Mercê* já na Idade Moderna, fórmulas hoje substituídos por diversas estratégias vocativas: *o senhor, a senhora, a mãe, o pai, tu, você...* (para não falar naqueles que se estão agora a impor e que ainda parecem tão desagradáveis - *dona e meu*)

Uma maneira de aprofundar, depois, esta pesquisa cultural é recuar para o Básico e Secundário determinados conceitos, que pertencem às chamadas disciplinas auxiliares da História, e que na Universidade se adquirem em cadeiras muito práticas como por exemplo a de Paleografia ou a de Crítica Textual.

A reprodução facsimilada nos manuais escolares de pergaminhos ou papéis manuscritos, em formato suficientemente ampliado que permita o reconhecimento das letras, pode gerar exercícios de decifração da letra gótica ou da humanística e de transcrição de algumas linhas, experiência que nada tem de transcendente do ponto de vista da execução uma vez fornecidas algumas chaves paleográficas. É um mero trabalho de cópia que permite aprender empiricamente uma série de características das ortografias antigas, a sua motivação e as relações com a actual. Daqui pode passar-se para a modernização, o que vai familiarizar os alunos com o fenómeno da mudança linguística e da evolução dos hábitos gráficos. Treinar uma modernização criteriosa significa impor pontuação, acentuação, separação de palavras, eliminar grupos eruditos e grafias de pronúncias já desaparecidas; mas é também saber parar quando se chega à morfologia, ao léxico e à sintaxe, que têm de ser conservados e acompanhados de notas onde se dá a equivalência para os traços correspondentes do português contemporâneo. Uma aula de Português concentrada em assuntos de gramática só tem a ganhar com este tipo de exercício que é culturalmente útil e linguisticamente completo.

O trabalho de transcrição modernizadora relaciona-se também com a outra disciplina que figuraria vantajosamente no ensino Básico e Secundário em vez de só no Universitário. É a Crítica Textual, ou seja, a moderna Filologia, que consiste no estudo do texto escrito segundo a perspectiva da sua produção material, da transmissão através do tempo e da edição. O termo evoluiu de uma acepção muito lata, romântica sobretudo, que englobava estudos literários e linguísticos, para o conceito estrito de disciplina concentrada na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito. A orientação última é a de preparar a edição do texto, obedecendo ao pressuposto de que é o autor quem lhe dá autenticidade. Aqui fala-se quer de manuscritos, quer de impressos, antigos ou muito recentes; o que é preciso é aplicar uma técnica de reconhecimento de sinais de autorização, para ver que texto merece verdadeiramente ser editado. Podem surgir duas situações

distintas: a do original perdido, situação com que lida a crítica textual tradicional, e a do original conhecido, caso para a crítica textual moderna. Aquela terá de, confrontando os diferentes testemunhos do original perdido, reconstruir um texto que se aproximaria da vontade do autor; já à crítica textual moderna se apresentam decisões diferentes, como a de eleger, entre os autógrafos conservados, qual a versão a editar ou a de saber dar, na edição crítica, a imagem de um bem documentado trabalho de elaboração autoral do texto.

Os fundamentos da Crítica Textual, ensinados com alguma exemplificação do que acontece a um texto original, um qualquer, mesmo uma notícia da Lusa ao lado do destino que teve em diferentes jornais, na televisão e no rádio, colocam os alunos perante o ridículo da sua credulidade.

Se isto acontecer cedo, nasce a sensibilidade para o facto de os textos terem uma materialidade e uma sobrevivência (a tradição) ao longo da qual muitas coisas podem acontecer. Manuais escolares com amostras de diferentes edições de textos antigos, ou com a reprodução de manuscritos de autores modernos ao lado da respectiva forma publicada, possibilitam exercícios de edição crítica que, mais uma vez, não são transcendentais e ensinam a dúvida metódica, contribuindo para a formação de leitores mais cépticos - de melhores leitores.